

## PROCURAÇÃO

**Outorgante (s):**

DAVI GONÇALVES SARMENTO  
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUX de  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA, IDENTIFICA  
CTO 2803267-SSP/CPF: 056.724.  
554-10, RESIDENTE, SÍTIO MARDIM, S/Nº  
ÁREA RURAL - LASTRO - PB/CEP: 58.820-000

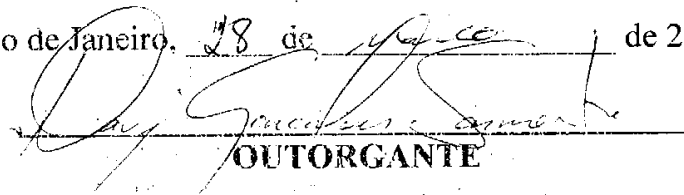
**Outorgado (s):**

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA,  
brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na  
OAB/PB sob o n.º 21.745, com escritório situado  
Av. João Machado, n.º 553, sala 404, Centro, João  
Pessoa - PB. Cep: 58.013-520, e-mail  
josebritoadvogado@hotmail.com.

**Poderes:**

Os da cláusula *ad judicia et extra* e os especiais,  
para ajuizamento de Ação de Cobrança do Seguro  
DPVAT, podendo para tanto, acordar, discordar,  
transigir, desistir, receber, passar recibo, dar  
quitação, endossar cheque, inclusive receber  
Mandado de Pagamento no Banco do Brasil e/ou  
Caixa Econômica Federal, além de substabelecer  
com ou sem reserva de poderes e usar de todos os  
meios em direito permitidos, para o bom e fiel  
cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 28 de fev de 2017.

  
**OUTORGANTE**

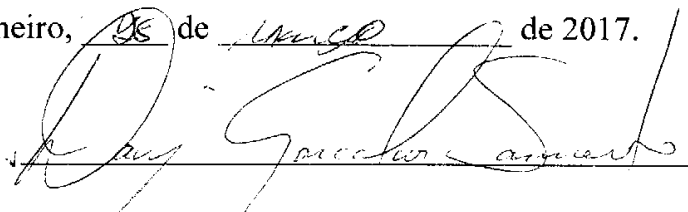


## DECLARAÇÃO

DAVI GONCALVES SARMENTO  
BRASILEIRO SOLTEIRO, AUX. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
IDENTIFICAÇÃO, 2863267-SSP/PB, CPF 056 724.554-10  
RESIDENTE SÍTIO JARDI, S/A ÁREA RURAL DE  
2 AS TRO - PB, CEP: 58 820-000

**DECLARA** para fins de prova, que não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50, carecendo, pois, dos benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**.

Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2017.



**JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 21.745, com escritório situado Av. João Machado, nº 553, sala 404, Centro, João Pessoa – PB, Cep: 58.013-520, **DECLARA** para os devidos fins de direito, que não está cobrando honorários advocatícios, antecipadamente, da declarante acima qualificada, para propositura de Ação de Indenização, proposta perante este r. Juízo, ressaltando os honorários de sucumbências.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA**  
**OAB/PB 21.745**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
 DIRETORIA NACIONAL DE REGISTRAÇÃO

NOME: GONÇALVES, RAIMUNDO  
 NOME COMPLETO: RAIMUNDO GONÇALVES  
 DATA DE NASCIMENTO: 21/03/1983  
 SEXO: M  
 ESTADO: PE  
 CATEGORIA: 01  
 DATA DE EMISSÃO: 02/01/2011  
 DATA DE VALIDADE: 02/01/2013

VALOR EM REAIS  
 894032590

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: RAIMUNDO GONÇALVES

DATA: 10/01/2011  
 ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: RAIMUNDO GONÇALVES  
 DATA: 10/01/2011

894032590

DIRETORIA NACIONAL DE REGISTRAÇÃO









**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL**  
**DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PATOS/PB**  
**19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - SOUSA/PB**  
**2ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE SOUSA/PB - GABINETE TITULAR**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 565/2016**

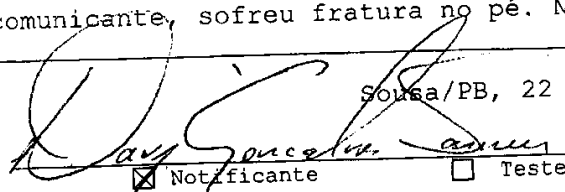
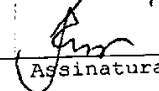
**Ocorrência:** ACIDENTE DE TRANSITO - LESÃO  
**Local Fato:** SOUSA/PB Data do fato: 29/03/2016 hora: 11:30

**Notificante:** DAVI GONÇALVES SARMENTO, alcunha "DAVI",  
Nacionalidade: brasileira, natural de: LASTRO/PB, idade: 31 anos,  
nascido em 21/03/1985, cor/raça: \*\*\*\*\*, Estado Civil: Solteiro,  
Profissão: COORDENADOR DE VIGILANCIA SANITARIA, Escolaridade:  
alfabetizado, documento: CPF: 056124554-10, filiação: JOAO NESTOR  
SARMENTO e de SONIA MARIA GONÇALVES SARMENTO, endereço: \*\*\*\*\*  
SITIO JARDIM, 16, LASTRO/PB, referência: EM FRENTE A CAIXA D'ÁGUA.  
Tel/Cel: (83) 98114-6037;

**HISTORICO**

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que no dia hora citados conduzia uma moto HONDA CG 150 FAN ESDI, ANO/MOD 2014/2014, COR VERMELHA, PLACA QFF 1088/PB, CHASSI 9C2KC1680ER584076 em nome da Prefeitura Municipal do Lastro, quando ao transitar na via publica nesta cidade, um homem conduzindo uma moto Bros, invadiu a preferencial e colidiu com o comunicante que veio ao solo; Que o outro condutor fugiu do local sem prestar socorro a vitima; Que o proprio comunicante foi buscar atendimento no hospital regional desta cidade não foi atendido por ter muita gente; Que voltou no outro dia aonde foi atendido; Que devido ao acidente, segundo o comunicante, sofreu fratura no pé. Nada mais a consignar.

Sousa/PB, 22 de JUNHO de 2016. Às 14:45 horas.

  
☒ Notificante ☐ Testemunha Arrogada  
  
Assinatura do Policial responsável pelo registro  
Cicera Alves  
Matrícula: 168.611-9

POLÍCIA DISTRITO

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: Francisco Claudio Beserra



<p>ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL: 1600030272</p>		<p>MATERIAS - MEDICAMENTOS - OUTROS</p>	
<p>UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - UPS NOME: HOSPITAL DISTRITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES ENDEREÇO: RUA - JOSE FACUNDO DE LIRA - S/N - CEP: CNE: 250453-7 CNPJ: ESTADO: PARAIBA UF: 25 MUNICÍPIO:</p>		<p>CARÁTER DO ATENDIMENTO  <input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO  <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA  <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAFETO PARA O TRABALHO  <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS - TIPOS DE LESÕES OU ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS</p>	
<p>DADOS DO PACIENTE                  NOME: DAM GONÇALVES SARMENTO PRONT.: 00019565                  SEXO: M DN - IDADE: 21/03/1985 - 31 A.O. M 9 D RAÇA/COR: PARD                  MÃE: SONIA MARIA GONÇALVES SARMENTO OCUPAÇÃO: SISPRENATAL*                  NATURALIDADE: - - - - - CP: DOCUMENTO:                  ENDEREÇO: PRACA - DA MATRIZ - - CENTRO CONTATO:                  COMPLEMENTO: CEP: 58.820-000 ESTADO: PARAIBA                  MUNICÍPIO: LASTRO DATA: 30/03/2016 18:57:12 REGISTRADO: POR: Jose fabio                  CÓDIGO DO MUNICÍPIO 250840</p>		<p>PROCEDIMENTO - DESCRIÇÃO                  CID - 10                  ENCAMINHAMENTO  <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA  <input type="checkbox"/> INTERNACÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL  <input type="checkbox"/> APLICADO <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS</p>	
<p>ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)</p> <p><i>Dr. Orivaldo Brito da Silva</i>  <i>Orivaldo Brito da Silva</i>  <i>Presidente do SIC</i></p>		<p>PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CÓDIGO - CBO  <i>medicacao amb. pe</i></p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p> <p><i>R. B. F.</i>  <i>fabio</i></p>		<p>ASSINATURAS DOS PROFISSIONAL ASSISTENTES, CARIMBO                  ASSINATURA DO ACOMPANHANTE / PACIENTE / RESPONSÁVEL                  ASSINATURA DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO                  ASSINATURA DO REVISOR CLÍNICO - CARIMBO</p>	



(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3160552645 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** DAVI GONCALVES SARMENTO**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** DAVI GONCALVES SARMENTO**CPF/CNPJ:** 05612455410**Posição em 02-06-2017 13:56:12**

Pedido de indenização cancelado.

## ACESSIBILIDADE

[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO

[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE SOUSA**

**7ª VARA MISTA**

**DESPACHO**

**Vistos etc.**

1. À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

2. Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e sobretudo diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCPC.

3. No caso, ante a profissão informada e o valor indicado à causa que não chega a ser discrepante, havendo dúvida fundada sobre os pressupostos para a concessão da gratuidade, **determino** à parte autora que, em 15 (quinze) dias, comprove, por outros meios, o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou, se for o caso, solicite a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Cumpra-se. Providências necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Mista de Sousa**

---

PROCESSO Nº 0802402-88.2017.8.15.0371

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[SEGURO]

AUTOR: DAVI GONCALVES SARMENTO  
RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que intimo a parte autora do inteiro teor da sentença (ID do documento: 9623988).

Sousa – PB, 24/08/2018.



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA DO ESTADO DA PARAÍBA - PB.**

**Numeração única: 0802402-88.2017.8.15.0371**

**DAVI GONCALVES SARMENTO**, já qualificado nos autos da ação que move em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, vem, por seu advogado, em atendimento ao r. despacho de id., requerer a juntada dos comprovantes de isenção de imposto de renda dos últimos três anos retirados do site da Receita Federal para comprovar a hipossuficiência da parte autora.

Face ao exposto, requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Paraíba, 19 de setembro de 2018.

**José Orisvaldo Brito da Silva**

**OAB/RJ 57.069**



# Situação das Declarações IRPF 2016

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:19

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R



# Situação das Declarações IRPF 2017

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:18

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R



# Situação das Declarações IRPF 2018

Prezado Contribuinte (CPF 056.124.554-10),

DAVI GONCALVES SARMENTO

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

19/09/2018

15:17

versão 01.20180815

Voltar



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade>).

Atualize sua página (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/politica-de-privacidade/avisos/2014/atualize-sua-pagina>) Versão: v.01R





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail [sza.7vara@tjpb.jus.br](mailto:sza.7vara@tjpb.jus.br); telefone (83)35226602

PROCESSO	0802402-88.2017.8.15.0371
	[SEGURO]
AUTOR	DAVI GONCALVES SARMENTO
RÉU	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

#### DESPACHO

1-Diante da documentação apresentada, o caso é de deferimento da gratuidade.

2- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

3- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

4- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB ([diegosantiago\\_medicina@hotmail.com](mailto:diegosantiago_medicina@hotmail.com); 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR ( Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), em face da complexidade da prova e do local de sua



realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

5- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

6- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

7- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

7.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

7.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

7.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

7.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

7.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

7.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

8- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

**9- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.**

10- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

11 – Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

**VINICIUS SILVA COELHO**

Juiz de Direito







ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SOUSA  
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0802402-88.2017.8.15.0371

AUTOR: DAVI GONCALVES SARMENTO

Advogado do(a) AUTOR: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA - RJ57069

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo.

Sousa(PB), 15 de agosto de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

